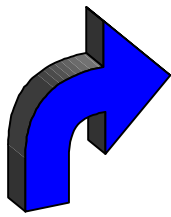
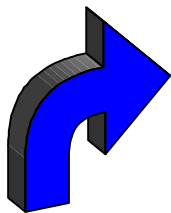




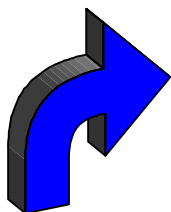
**POR QUE DESENVOLVER
UM PROJETO DE
MONITORAMENTO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS?**



A partir de um Diagnóstico Rápido Participativo - DRP, realizado em 1996, o IAC observou que as ações implementadas e desenvolvidas pelos conselhos e organizações populares se apresentavam de forma pontual, fragmentada e em alguns casos, desarticuladas. Não traçando assim um PROCESSO CONTINUADO que visasse uma intervenção política abrangente que permitisse gerar eixos de transformação e a possibilidade metodológica para um monitoramento eficaz das Políticas Públicas

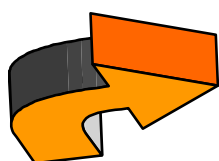


Todos/as querem participar (entender, intervir e propor) na aplicação dos Recursos Públicos. Porém, todos/as experimentam ou já experimentaram as difíceis "vias" que são impostas na condução de quaisquer processos voltados aos interesses populares junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Para superação dessas dificuldades enfrentadas é necessário desencadear ações político-pedagógicas que possibilitem uma intervenção metodológica, estratégica, articulada, participativa e planejada dos processos de monitoramento e fiscalização das ações dos gestores públicos.

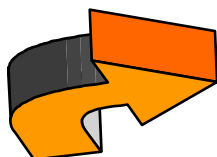


As posturas de confrontar, opor e denunciar são vias importantes para a solução dos problemas. Porém, de forma processual é necessário ampliar estas formas de intervenções e re-fundar uma "cultura de proposição". Intervindo com propostas concretas e com "conhecimento de causa" dos elementos que permeiam o universo das Políticas Públicas, os/as conselheiros/as, as/as lideranças populares, os/as agentes comunitários e de instituições terão mais segurança frente às suas lutas para a transformação da realidade local.

FOCO CENTRAL DA PROPOSTA



FORMAÇÃO



INFORMAÇÃO

FORMAÇÃO



FORMAÇÃO ÉTICA, CULTURAL E POLÍTICA.



- Propiciar metodologias que possibilitem a mudança de relacionamentos - resgate da auto-estima e da auto-confiança; relação de gênero e relação de poder, meio ambiente, etnia/raça dentre outras temáticas.
- Desenvolver ações de formação que contribuam com o desdobramento das energias políticas e emoções coletivas para uma sociedade sustentável – Desenvolvimento Humano Local Sustentável e Solidário, com os princípios da Educação Popular.
- Forjar uma nova concepção para uma nova cultura de relação dos movimentos, organizações e instituições populares com o Estado – formação de Comitês Populares para o monitoramento das Políticas Públicas e do Orçamento Público – EXERCÍCIO DA CIDADANIA ATIVA.

- Superar os limites impostos pela falta de conhecimentos relacionados ao universo do orçamento Público: Estudos dirigidos do PPA, LOA, LOM, LRF, Fundos de Participação e demais questões relacionadas ao entendimento da peça orçamentária.
- Contribuir com a autonomia e protagonismo dos grupos populares.
- Compreender, na prática, o que é Mobilização Sócia e o Combate a Corrupção.
- Estudo do papel dos Conselhos e Conselheiros/as.

FORMAÇÃO TÉCNICA E GESTÃO PÚBLICA



FORMAÇÃO JURÍDICA



- Propiciar a capacitação relacionada às questões jurídicas relevantes ao universo das Políticas Públicas – Direito como ferramenta para o monitoramento e intervenção das Políticas Públicas.
- Compreender o papel, o funcionamento e os deveres do Ministério Público e dos três Poderes - Executivo – Legislativo e Judiciário.
- Propiciar meios metodológicos, dentro da linguagem popular, que garantem aos grupos de base o conhecimento e o acesso ao universo jurídico que fundamenta os Direitos e Garantias do/a cidadão/ã – Direito Constitucional e demais leis relacionadas aos Direitos Sociais, tais como: Lei Maria da Penha – ECA, Estatuto do Idoso e outras.



INFORMAÇÃO



Viabilizar **estratégias de informações** básicas em todos os níveis – nacional, regional e local, possibilitando o acesso às informações ligadas ao Orçamento Público

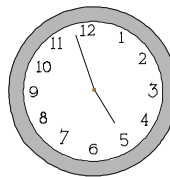


Propiciar **meios e mecanismos concretos de informações** que possam contribuir diretamente para o embasamento técnico-político e teórico na definição e elaboração das Políticas Públicas.



Garantir instrumentais que descortinem o “universo” dos trâmites burocráticos que permeiam uma administração pública, tendo como **foco central o Orçamento da União**, sem desconsiderar a interligação dos Orçamentos Estadual e Municipal.

ETAPAS PROCESSUAIS



1ª FASE: Formação e capacitação das lideranças, conselheiros/as e agentes comunitários das diversas organizações populares, abrangendo os níveis: ético-político-cultural.

Ênfase: O sujeito enquanto PRÁXIS – a prática social confrontada com as diversas teorias.



2ª FASE: O ESTADO e as Políticas Públicas – CIDADANIA ATIVA - Intervenção e monitoramento das Gestões e dos/as Gestores Públicos; articulação das ações estratégicas – Movimentos Sociais, Fóruns, Conselhos e outros.

Ênfase: Apreensão técnica-metodológica de Instrumentais de Monitoramento: Orçamento Público (PPA – LDO – LOM – LOA LRF – Fundos de participação).



3ª FASE: Consolidação do Processo - Intervenção no processo de elaboração do Orçamento Público, buscando uma reorientação do destino dos recursos para os Estados e Municípios (audiências públicas, emendas parlamentar e projetos populares etc); formação dos Comitês de Cidadania.

Ênfase: constituição das REDES; Parcerias e Gestões Solidárias e Sistematização da Prática.



METODOLOGIA

Características de uma metodologia auto-reflexiva, crítica e libertária – Educação Popular

Seres Humanos considerados como agentes de sua própria história – PROTAGONISTAS TRANSFORMADORES DA REALIDADE.

Os conflitos, as contradições e as dificuldades são indicadores necessários para a auto-avaliação e a readequação do planejamento. Longe de serem motivos de desespero ou fracasso.

Proporcionar NOVAS oportunidades e perspectivas, visando à melhoria na qualidade de vida e no “fazer” cotidiano dos/as envolvidos/as.

Ampliar e fortalecer a construção da Cidadania Ativa.

Estimular e propiciar a capacidade de ver a realidade como um todo – VISÃO DE MUNDO AMPLIADA

Ampliar o senso crítico e a capacidade de se comunicar e se aperfeiçoar continuamente.

Propiciar mecanismos que resgatem os valores e as atitudes éticas e democráticas.

Viabiliza instrumentais que possam garantir a apropriação de novos conhecimentos ⇨ a partir das trocas de experiências e visão de mundo acumuladas.

I N S T I T U T O

AGOSTIN CASTEJON

Educação Popular – Cultura e Cidadania

agostin@castejon.org.br www.castejon.org.br

Coordenação de Projetos: Sandra Lôbo

(61) 3201-7022 - CLN 204 Bloco C ent. 51 Salas 106, 107 e 108 – Brasília/DF